

Há ainda muito silêncio sobre a ocupação árabe

COMUNIDADE ISLÂMICA — UMA PRESENÇA «NOVA» EM PORTUGAL

Por M. YIOSSUF MOHAMED ADAMGY *

Em nome de Deus, beneficente e misericordioso. Ao falarmos de «A presença islâmica em Portugal, hoje», é natural que acuda à ideia a evocação da sua permanência de «ontem», de cerca de oito séculos na Península Ibérica, e, portanto, embora a traços largos, começar por aí. Apesar da demorada estadia dos árabes na Península, a religião islâmica não se radicou devido a diversos factores que, talvez, estejam ainda mal averiguados ou historiados. Grande período de silêncio medeia a história peninsular: o da ocupação árabe.

Mas pode aventar-se que, entre os árabes, é possível enquadrar a tolerância religiosa praticada por eles, conjugada com a aceitação do profeta anterior a Muhammad (Maomé) — a paz esteja com ele —, Jesus (Issa) — a paz esteja com ele — e de sua mãe Maria (Mariam) — a paz esteja com ela. Diga-se de passagem que estes nomes são referenciados no Alcorão, de forma particularmente evidente, com respeito e consideração, aliás é o que sucede com todos os profetas enviados por Deus, conforme se pode verificar através do versículo 84 do capítulo 3 do Alcorão: «Diz: Nós cremos em Allah (Deus) e no que nos é revelado e no que foi revelado a Abraão, a Ismael, a Isaac, a Jacob e às Tribos, e naquilo que foi garantido a Moisés e aos profetas pelo seu Senhor. Não fazemos distinção entre nenhum deles, e ao Senhor nos submetemos».

Destes princípios naturais promanou a convivência normal, ou seja harmoniosa, entre cristãos e muçulmanos, pelo menos a nível popular, como se infere dos estudos históricos, que às coisas árabes e muçulmanas se têm dedicado por meio de investigações sérias, despidas de preconceitos.

A estadia dos árabes muçulmanos na Península Ibérica beneficiou os seus povos, quer pela influência de uma cultura superior de que eram portadores, quer pelo acervo de conhecimentos, teóricos e práticos, transmitidos às gentes que haviam perdido os testemunhos tradicionais do seu passado, por força da subjugação escravocrata e militarista dos romanos. Chegado aqui, não resisto a transcrever as seguintes palavras do consagrado arabista prof. dr. António Borges Coelho, da sua obra «Portugal na Espanha Árabe»: «A generalidade dos portugueses com luzes crê ainda que a civilização árabe peninsular nos tocou apenas na epiderme. Por sua banda, a historiografia reinante passa apressada deixando-a na penumbra. Incomodidade? Ignorância? As próprias páginas de Herculano ficaram esquecidas. Em contrapartida cantam-se hossanas e louvores ao esplendor da civilização visigótica e romana. Chega-se ao extremo de negar que, do ponto de vista arqueológico, o que nos ficou dos árabes seja relevante. (...) Quantos, entre a gente instruída da nossa terra, ignoram que, Coimbra, Lisboa, Santarém, Évora, Beja, Alcácer, Mértola, Silves, Faro foram centros notáveis de civilização árabe peninsular e cenário de relevantes acontecimentos políticos. Quem sabe que nalgumas destas cidades existiram centros literários e de pensamento? Quantos neste país conhecem o nome de Ibn Bassame de Santarém, fonte histórica e biográfica preciosa do mundo muçulmano? Quem leu os poetas que viveram e amaram neste bocado de torrão peninsular a cujo sol nos aquecemos como eles se aqueceram outrora? Qual dos bejenses saberá que Almutâmide, o célebre rei-poeta de Sevilha, nasceu na sua cidade? Acaso terá Beja um conterrâneo mais ilustre? Quem sabe que Avempace (Ibn Bajil), um dos maiores filósofos dos árabes, recebe o seu patronímico de Beja, à qual, ao menos pela família, está vinculado? Que dizer dos poetas do garbe do Andaluz: Ibn Sara de Santarém, Ibn Darracer A'cacetali de Cácel, Ibn Amar de Silves, Ibn Abdune e Ibn Alnaquil de Évora, Ibn Badrone de Silves, Almutâmide de Beja, Silves e Sevilha? Já pensou, leitor — a realidade desvelada por essas palavras cava-se diante de nós como um abismo — que gerações e gerações dos filhos destas nossas cidades as choraram durante séculos na outra banda do mar? A erosão do tempo corroe muito do espólio da civilização árabe entre nós, principalmente porque o povoamento dos agregados urbanos fundamentais não sofreu falhas de continuidade: os dominadores não deixaram vazios os lugares dos dominados, coexistiram com eles e usaram, no curso da vida, os materiais que as gerações anteriores carregaram. Mas não nos iludamos. O fatal espírito de cruzada

não poupou, durante séculos — os da Reconquista e os posteriores da competição Além-Mar —, muitos vestígios, particularmente os escritos, que se referiam à civilização árabe no Garbe do Andaluz. E o silêncio foi invadindo a velha casa. Sobrevivências deste espírito e por vezes tão só a simples ignorância de muitos têm atribuído a outras civilizações o que é de língua árabe, com verdade, pertence. Por isso mesmo, quanto ganham em sentido trágico e profético as palavras que o mestre arquitecto ou canteiro árabe deixou gravadas nas pedras junto da axila do transepto da cristã Sé Velha de Coimbra: «Escrevi isto como recordação permanente do meu sofrimento. A mi-

unidade Islâmica de Lisboa (CIL), a Câmara Municipal desta cidade doa uma parcela de terreno com 2.670 metros quadrados, sita na Avenida de José Malhoa (Bairro Azul), em Lisboa, para construção de uma mesquita. A cerimónia do lançamento da primeira pedra ocorreu em 17/11/79, e deu-se início às obras em 24/12/80. (Vem a propósito dizer que o custo total da construção da mesquita ia em 287 milhões de escudos em 17/3/82; mas, em 26/5/79, segundo o «Jornal Novo», a construção fora orçada em 175 mil contos; que à data da inauguração, em 1985, o custo da parte das obras semi-acabadas da primeira fase foi de 250 mil contos). Depois de oito séculos, co-

grido do Islamismo em Portugal. E marca, também, a abertura de um período novo para a Comunidade Islâmica de Portugal, em que esta se vai projectar na sociedade portuguesa por meio das suas actividades culturais, não só com a intenção de entusiasmar a juventude no sentido de se congregarem, mas também com o fim de dar a conhecer a cultura tão rica e tão cheia de espiritualismo como é a do Islão. Este acontecimento teve lugar no vasto salão-auditório da paróquia de Alvalade, alugado para o efeito.

Seguem-se-lhe os primeiros concursos literários alcorânicos e os primeiros encontros de muçulmanos cristãos no Portugal de hoje, de que apenas referenciamos a conferência sobre «O valor e a qualidade do Islamismo», proposta ao director da «Al Furqân» pelo membro do Grupo Colegial Interconfessional Português, dr. David Lutero de Morais Freire, realizada na biblioteca da Igreja Lusitana, em Lisboa, a 8/3/82 — outro marco histórico importante na congregação de es-

seguintes termos: «... Al Furqân, a partir desta data, caso continue a publicar-se, passa a ser, nos termos da Lei de Imprensa em vigor, uma publicação clandestina, uma vez que não está registada. O mesmo boletim «Al Furqân», se vier a publicar no futuro qualquer escrito que seja, considerado por nós injúria ou difamação a CIL ou seus dirigentes mais representativos, a Comunidade está na disposição de proceder judicialmente».

A partir de então, a revista «Al Furqân» tornou-se independente, legalizou-se com o registo de Imprensa e passou a ser uma organização que, voluntária e gratuitamente, trabalha não só para a defesa e divulgação do Islamismo como também na edição de estudos islâmicos em Portugal. Actua singularmente ou em colaboração com organizações e associações nacionais e estrangeiras. Todas as suas actividades e publicações são possíveis graças à generosidade financeira dos muçulmanos, amigos da «Al Furqân» e da causa islâmica, e bem assim de simpáticos cristãos que dão as

Descobrimentos que deu ensejo à publicação de um livro intitulado «A primeira conferência islâmica e colóquio sobre a influência árabe-islâmica nos Descobrimentos portugueses»; elaboração e realização de cerimónia para comemorar o «Dia de Jerusalém», a primeira levada a efeito em Portugal, em que foi pronunciada uma palestra alusiva à data comemorativa e deu lugar a um convívio em que estiveram numerosas pessoas, muçulmanas e não muçulmanas.

• São para cima de 12 mil

Em Portugal deve haver para cima de 12 mil muçulmanos. A principal Comunidade é a de Lisboa, seguindo-se a de Laranjeiro; há depois vários núcleos islâmicos: de Odivelas, Colina do Sol, Portela, Póvoa de Santo Adrião, Santo António dos Cavaleiros, Via Longa, Forte de Casa, Fetais, Camarate e, recentemente formada, a Associação Muçulmana de Porto e Arredores.

Tanto na mesquita de Lisboa como na do Laranjeiro há madrassas, isto é, escolas de primeiras letras de ensino religioso islâmico e professor da língua árabe para quem quiser receber lições desta disciplina. Em todos os núcleos também se ministram as primeiras noções de ensino religioso islâmico. Além disto há os «tablighis», ou seja grupos de missionários muçulmanos que se deslocam de terra em terra a despertar os muçulmanos para o cumprimento dos seus deveres islâmicos. A propósito convém dizer que no ano passado esteve em Lisboa um congresso internacional de «Tablighis» com representantes de várias nacionalidades e que durou cerca de uma semana.

Há várias embaixadas de países islâmicos sediadas em Lisboa, a saber: Egipto, Marrocos, Líbia, Irão, Iraque, Turquia e Palestina.

Por outro lado, muitos estudiosos se têm dedicado à investigação arabiológica e islâmica em Portugal cabendo mencionar, aqui, alguns conceituados investigadores das ciências árabe-islâmicas: prof. dr. António Dias Farinha, dr. Eva Maria Von Kemnitz, eng. Mariano da Fonseca, dr. J. Adalberto Coelho Alves, prof. dr. Domingues Garcia.

Embora pouco conhecido do grande público o facto é que as nossas bibliotecas já possuem um acervo enorme de livros e documentos antigos que nos falam da estadia dos árabes em Portugal e nos elucidam acerca da sua cultura em geral. Ourtrossim em algumas livrarias se podem encontrar à venda numerosas obras que abordam assuntos vários, que vão desde a pura literatura às artes e às ciências, sem exceptuar as de carácter religioso.

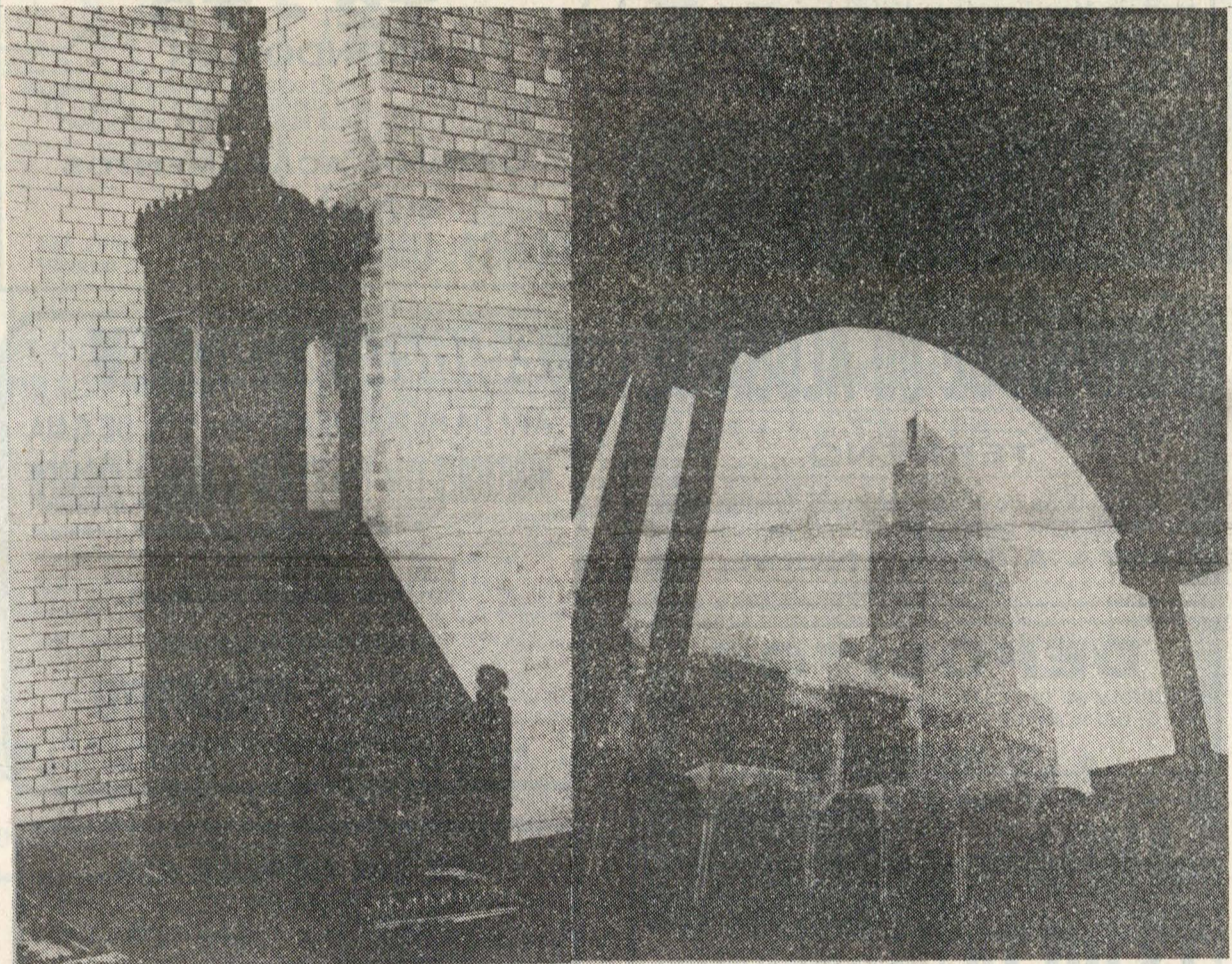
A respeito da questão levantada à roda da tradução portuguesa do Alcorão, da autoria do prof. Pedro Machado, é de referir que a mesma, depois de uma comissão ter averiguado e analisado os factos, foi rejeitada e banida oficialmente pela Comunidade Islâmica portuguesa.

E, a terminar, diga-se mais alguma coisa a respeito da Mesquita de Lisboa, começando por dar algumas referências dela sob a presidência do sr. dr. Mussa Omar. Foi durante ela que se operou maior movimento cultural e em que se esclareceram as situações causadas pela má administração anterior do sr. Suleimane Vally Mamede; foi durante a sua vigência que se fez uma peritagem técnica às obras da Mesquita; e foi, enfim, o tempo em que a Comunidade gozou alguma tranquilidade, e durante o qual se gerou um certo consenso para assegurar a paz.

De seguida deem-se algumas referências acerca da sua inauguração: logo de princípio pode afirmar-se, claramente, que ela foi prematura. Com efeito, nem as obras estavam concluídas, nem a parte objecto de inauguração tinha os acabamentos prontos. A inauguração, infelizmente, foi uma farsa que Suleimane Vally Mamede fez, não só para ludibriar todos (ou quase todos) que à mesma assistiram como para fazer pouco de quem concorreu para a sua construção, e, em última análise, dos portugueses (muçulmanos e não muçulmanos) e dos árabes.

Enfim, espera-se que a actual Direcção se empenhe em remediar os males à vista deixados pelos outros e de acabamento à obra.

* (Director da revista «Al Furqân»)



O púlpito — Mimbar — (à esquerda, na foto) e o pátio interior da Mesquita de Lisboa.

nhá mão perecerá um dia, mas a grandeza ficará». Quantas vezes chegamos até nós através destas palavras?

• A Comunidade Islâmica Portuguesa

Decorria o ano de 1968. Cerca de uma dúzia de muçulmanos, a maioria dos quais estudantes, chefiados por Suleimane Vally Mamede, fundam a «Comunidade Islâmica de Lisboa», cuja aprovação oficial resultou da publicação dos respectivos estatutos no «Diário do Governo», n.º 83, III Série, de 6/4/1968.

As datas solenes islâmicas são, alternadamente, celebradas nas embaixadas de Paquistão, Marrocos e Egipto.

O ano de 1975 — com a independência de Moçambique — traz, para Lisboa, umas vinte pessoas daquela ex-colónia portuguesa que vêm engrossar o pequeno grupo da Comunidade Islâmica de Lisboa. E, no entanto, em 1978 que o número muito razoável de muçulmanos vindos de Moçambique, da Guiné-Bissau e de Damão se radica em Lisboa e arredores. Algum tempo depois, a Comunidade Islâmica de Lisboa inicia as suas actividades religiosas, culturais e sociais, servindo as necessidades básicas dos muçulmanos, tudo isso instalado na «Mesquita provisória» sita à Travessa do Abarracamento de Peniche em Lisboa, cujo edifício foi cedido para o efeito pelo Governo português até que a mesquita de Lisboa estivesse construída.

É justo realçar, aqui, que tal cedência se deveu ao gesto altruista do sr. prof. Carlos da Mota Pinto, na altura primeiro-ministro de Portugal, por despacho de 11/6/78.

Entretanto, a 17/2/78, para satisfazer o pedido da Co-

meçava a construção da primeira mesquita em Portugal. A expansão islâmica crescia, em número e em necessidades; até aí, o trabalho tinha sido de indivíduos pioneiros, entre os quais Suleimane Vally Mamede. Mas, ser-se pioneiro, implica quase sempre e, no caso vertente, implicou um certo grau de individualismo. A administração da Comunidade carecia de estruturas democráticas e de mais pessoas a assumir responsabilidades, pelo que urgia fazer modificações grandes que pusessem cobro à prepotência e dessem lugar a uma participação tanto quanto possível ampla dos associados capazes e interessados no desenvolvimento da Comunidade.

Houve, portanto, um largo período de crise em que a Comunidade ia estagnando, cultural, económica e socialmente. E por essa altura que deixa de circular a revista «O Islão» dirigida por Vally Mamede. Entremetidas as obras de construção da mesquita começaram a ter interrupções. Chega-se ao ano de 1981 e, a 21 de Abril, um grupo de cinco membros da Comunidade decide fundar uma revista a que põem o título de «Al Furqân» — «O critério entre o bem e o mal» —, a sair de dois em dois meses e para divulgar o Islamismo em Portugal.

Por uma questão de disciplina e de ética islâmicas, aquela revista teve a bênção do presidente da Comunidade Vally Mamede, sob a condição de ser órgão da «Comissão para os Assuntos Culturais», a ser criada no seio da CIL. Assim aconteceu, nascendo quase simultaneamente a revista «Al Furqân» e a Comissão Cultural Islâmica, da qual fazem parte alguns fundadores daquela. Ora, é no âmbito desta Comissão que, pela primeira vez em Portugal, após o retorno do Islamismo a Lisboa, a família muçulmana efectuou um grande convívio festivo do dia de «Id-ul-Fitre» (fim do Ramadão) de 1402/1982, de carácter misto, isto é religioso e cultural. Historicamente, pois, a festa marca o ressurgimento

forços desenvolvidos por elementos dos vários quadros religiosos, dentro do movimento ecuménico mundial.

Entretanto, em 8/6/82, a «Al Furqân» põe à consideração da CIL a questão levantada à roda da tradução do Alcorão para o português da autoria do prof. José Pedro Machado, avalizada pelo presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa, na qual se patenteia a existência de erros, falhas, defeitos e deturpações que põem em causa o Alcorão e o próprio Islamismo. O então presidente, sr. Suleimane Vally Mamede, em vez de render-se à evidência dos factos, e de, publicamente, condenar a adulteração encontrada, ameaçou o sr. M. Yiossuf M. Adamgy, coordenador da Comissão Cultural e director da «Al Furqân», em despacho de 15 de Julho de 1982, dizendo que «ou colabora com o presidente, ou naturalmente deixa de ter a sua confiança e o próprio «Al Furqân» deverá ser repensado».

Considerando que a posição tomada por Vally Mamede em relação à tão delicada e grave questão que lhe foi posta foi a de quem quer fugir aos deveres e às responsabilidades, o coordenador da Comissão Cultural da CIL nada mais fez do que pedir a sua demissão, decisão que assentou em dois legítimos princípios alcorânicos: a) o de deixar de ser igual a si mesmo, se não se afastar: «E afasta-te desses que tomam a religião por passatempo e uma brincadeira, a quem a vida do mundo seduziu...» — (Alcorão, 4: 70); b) o de tornar-se co-responsável dos erros praticados pela Direcção da CIL, se deixasse de respeitar as sagradas obrigações: «Não deveis disfarçar a verdade com a mentira e não deveis ocultar a verdade quando a conhecerdes» — (Alcorão, 2: 42); e... Estabelece o culto, apregoa o bem e proíbe o mal, e preserva seja lá o que for que te acateça...» (Alcorão, 31: 17).

Esta atitude originou segundo despacho presidencial substanciado nos